

O presidente da Casa, deputado Cauê Macris, combinado, com certeza, com o líder do Governo, pautou o MP, que era um projeto que estava mais tranquilo, que poderíamos votar em um minuto, na primeira sessão extraordinária. Logo em seguida, veio o bode, veio o grande problema: eles pautaram as contas do governador Geraldo Alckmin de 2016, que estavam tramitando nas comissões. Elas tinham saído da Comissão de Finanças e Orçamento e estavam na Comissão de Fiscalização e Controle.

Aprovando a urgência, elas saem da Comissão de Fiscalização e Controle e já ficam prontas para serem pautadas, discutidas e votadas nesta Casa. Eu diria para vocês que o governo Geraldo Alckmin, a sua base, não tem nada mais importante até o final do ano do que votar as contas de 2016. Não tem PEC nº 05, não tem projeto dos professores, não tem Orçamento, tudo isso é segundo plano.

O plano número 1 é aprovar as contas de 2016, porque ele vai ser candidato no ano que vem e tem que tirar isso da frente. Vocês já imaginaram se perguntarem para o governador Geraldo Alckmin em um debate na televisão “Por que as suas contas de 2016 não foram aprovadas?”. É por isso que ele quer aprovar, para poder falar: “As minhas contas foram aprovadas pela Assembleia Legislativa, como as outras”. É uma saída.

Então esse é o grande problema aqui. A nossa sorte é que o líder do Governo, deputado Barros Munhoz, foi ao microfone na hora em que eu fiz uma observação e disse com todas as letras que o Projeto nº 33 será pautado na segunda sessão extraordinária e será votado. Ele disse inclusive que vai fazer de forma diferente da que nós poderíamos fazer.

Então, meus amigos professores, que esperam há tantos anos, desde 2009. Teve algumas mudanças para acabar com esse problema de 200 dias - tanto tempo - para você fazer um novo contrato. Tem que ter esperança que logo em seguida, 22 horas e 50 minutos, vai entrar o 33, e aí acho que vai ter um acordo aqui que ninguém vai discutir nem encaminhar, que é para aprovar imediatamente e todo mundo ir embora feliz da vida, como o deputado Jorge Caruso colocou aqui. Só que nós temos que aguardar. Temos que aguardar porque pode vir alguma coisa no meio do caminho. Por exemplo, o presidente quer mudar a pauta da 2ª sessão extraordinária e colocar a urgência novamente. Só que daí nós vamos discutir a urgência e vamos ficar até terminar a 2ª sessão extraordinária sem deixar votar a urgência das Contas do governador. Então, queremos deixar bem claro o que está posto aqui.

Quero parabenizar o pessoal da PEC nº 05 - nossos amigos - que tem o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores. É desumano o que o Governo está fazendo com vocês. Vocês estão unidos, organizados, reinvidicando há mais de dois anos. Este ano, todos os dias que houve sessão vocês estiveram aqui, e o Governo enganando vocês, o líder enganando vocês, o presidente da Casa enganando vocês. E eu alertei a vocês no passado e falei hoje quando vocês se reuniram com a bancada do Partido dos Trabalhadores. Eles não vão pautar a PEC nº 05, infelizmente, porque se pautar ela vai ser votada. O presidente se comprometeu que se tivesse a assinatura do líder do PSDB ele a pautaria. Pois teve a assinatura do líder do PSDB e ele não a pautou. Por quê? Não é ele que não quer pautar, é a orientação que veio do Governo.

E agora vocês perceberam outro quadro. Como o governador Geraldo Alckmin vai se licenciar do cargo, outros deputados de um novo Governo que vai assumir em abril já começaram a se movimentar aqui dizendo que não é bom votar a PEC nº 05. Ou seja, é mais uma enganação, é mais uma forma de não pautar e não ser votado. Então, fica bem claro, de forma transparente. Isso nós viemos alertando há muito tempo.

Mas quero continuar a conversa, o porquê nós não vamos deixar votar, e vamos segurar. Nós somos minoria; o líder do Governo, deputado Barros Munhoz, disse que a maioria vai impor e vai votar. Mas eu acho que não vota este ano não, deputado Barros Munhoz. Este ano vai ser difícil vocês votarem o Orçamento e as Contas aqui na Casa, pois nós vamos segurar. Sabe por quê? Porque tem que dar um basta aqui no estado de São Paulo. Para se ter uma ideia, hoje, na UOL, apareceu uma manchete agora à tarde, 16 horas, “Blindagem do PSDB paulista está perto do final”. As notícias, essas manchetes, não chegaram em São Paulo eu não sei por quê.

Quando eu falo que no rio de Janeiro o Orçamento do Estado é de 60 ou 70 bilhões, aqui em São Paulo é de 200 bilhões. As empreiteiras da boca grande, onde é que elas atuam mais? É aqui em São Paulo. Onde tem as grandes obras? É aqui em São Paulo. Onde elas cresceram e ganharam dinheiro? Foi aqui em São Paulo. E os delatores - delator é bandido - também falaram, como falaram no Rio de Janeiro, que aqui em São Paulo começou desde 98, desde o governo Mário Covas, passando pelo Serra, Alckmin, Serra e voltou Alckmin. Portanto, são 25 anos de governos tucanos aqui no estado de São Paulo. E agora está chegando aqui por quê? Porque não tem como não chegar.

O acordo de leniência, para vocês terem uma ideia, é um acordo da Camargo Corrêa, que é uma das menores das cinco empreiteiras. Imagina a hora que chegar nos grandões? E está chegando, tem as delações. O único detalhe para o qual temos que chamar a atenção - deputado José Américo, V. Exa., que é jornalista - é que inventaram, para São Paulo, o nome de “cartel das empreiteiras”. A expressão “cartel” é para dizer que há um acordo para tirar o governo fora. São 15% ou 20% a mais nos contratos.

Vemos às delações: 25 milhões para a campanha do PSDB e 10 milhões para o governador, esses últimos entregues na casa de seu cunhado. Isso tudo é no Ministério Público Federal. O governador é amigo do Campos Machado.

E a gente pergunta: cadê o Ministério Público de São Paulo? Em 30 anos, não percebeu nada disso? Cadê o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo? Em 30 anos, não percebeu nada disso? E a Assembleia Legislativa? Bem, sabemos que ela não percebe mesmo.

Falei esses dias: não houve uma denúncia, dessas que estão chegando agora, em que não se deu uma iniciativa da oposição, aqui, de convocar diretores, responsáveis do governo, secretários. E, principalmente, houve iniciativa de abertura de CPs. Mas não conseguimos abrir nenhuma, porque a blindagem - que dizem estar terminando - não deixa abrir CPs aqui. Se abrir, não se sabe aonde chega.

E há um detalhe: em todo início de legislatura, a base do Governo, principalmente os deputados do PSDB, chega àquele relógio ali e protocola pelo menos 15 pedidos de CPs, como as que vimos hoje no “SPTV”, da Globo, e em outros canais. CPs que não têm nada a ver, não apuram nada, não têm importância nenhuma. Tudo para ocupar a ordem cronológica e não deixar nenhuma CPI que atinja o Governo ser protocolada.

Então, essa é a realidade. Mas tudo tem seu tempo, seu limite. De repente, os caras da Suíça e da França, da Alstom e da Siemens, descobriram que havia propina para o PSDB, para o Governo. Ai, veio de lá para cá. E o Ministério Público Federal começou a acordar. Mas a pergunta que fazemos é a seguinte: o Ministério Público do Estado de São Paulo não viu nada disso? O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo fez ressalvas nas contas de 2016, motivo pelo qual vamos endu-recer aqui.

Enquanto não abrirem CPI, não queremos nem saber de pensar em votar. E eles não viram nada? Isso vai chegar aqui. Vocês viram como chegou, lá no Rio de Janeiro. Em todo esse período, tomem cuidado, pois vai chegar à Assembleia Legislativa.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, apenas para lembrar ao deputado Enio Tatto que existe um acordo de leniência sendo estabelecido entre a Siemens e o Ministério Público do Estado de São Paulo. E há um setor do Ministério Público que está aceitando fazer um acordo de leniência mesmo sem a Siemens entregar o nome dos corruptores. Vejam o nível a que chegou o Ministério Público. Há outro setor que, naturalmente, não está concordando.

Mas, Sr. Presidente, quero falar que fiz um pedido ao presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, deputado Milton Leite Filho, para que ele suspendesse a tramitação das Contas do governador Alckmin. O deputado me nomeou relator, e falta um elemento fundamental para que eu faça meu parecer: as informações sobre as desonerações fiscais.

Há muita desoneração fiscal, e não conseguimos chegar ao nome das empresas e à quantia de dinheiro dessa desoneração, que aparentemente ultrapassa 10 bilhões de reais. O deputado acabou de deferir o meu pedido, que deve estar chegando a V. Exa., e eu gostaria de dizer que é um direito democrático que a comissão discuta, que seu presidente defira e que o relator peça para que possamos discutir as contas de maneira mais ampla, democrática e com mais informação.

Espero que V. Exa. reconheça essa decisão do presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, o direito democrático da comissão de se manifestar e tomar uma posição, e não coloque em votação o caráter de urgência das contas do governador.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Gostaria de lembrar o deputado José Américo que vamos tentar analisar ainda hoje essa demanda de Vossa Excelência.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, conheço o deputado Enio Tatto há muito tempo, seus irmãos, sua mãe Inês Tatto, uma matriarca extraordinária. O que eu não sabia é que ele era detetive, policial, que tinha tendências a descobrir mistérios.

Honra é um negócio muito sério. Não se pode atribuir ao governador do estado qualquer culpa, qualquer responsabilidade por atos praticados por funcionários do governo. Desculpe-me, mas não posso aceitar insinuações a respeito da honra de um homem que considero profundamente honesto e sério. Não é correto.

O deputado José Américo também costuma navegar nas águas das interpretações. Ele fala aquilo que ele quer, não o que é a verdade. Portanto, quero reafirmar aqui minha opinião, meu respeito, minha consideração a respeito de um homem profundamente correto, sério e honrado. Um franciscano. (Manifestações nas galerias.)

E ninguém venha me falar de isso ou aquilo, de cunhado, esposa, viúva, avô ou avó. Não há nenhum elemento, nenhuma prova, nenhum indício de que Geraldo Alckmin, o governador, tenha recebido qualquer contribuição irregular ou criminoso. Não posso aceitar mais esse tipo de insinuações que beiram a leviandade.

Deixo aqui meu apoio irrestrito e incondicional à honra e à dignidade de um homem como o nosso governador Geraldo Alckmin.

O SR. LUIZ FERNANDO T. FERREIRA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é importante destacar que, hoje, tivemos uma vitória muito importante na Baixada Santista, onde se pretendia instalar, na cidade de Peruibe, uma usina termoeletrica.

Eu, presidindo uma frente parlamentar contrária à instalação dessa usina, juntamente com os deputados Zico Prado, Luiz Turco, Alencar Santana e com a participação do deputado federal Nilto Tatto, vinhamos lutando bravamente para que essa aberração não se concretizasse, assim como foi a luta de vocês em Americana.

Conseguimos, hoje, que a Cetesb arquivasse o pedido de licenciamento daquela usina e creio que, com isso, esta Casa agiu de forma importante para que se preservasse o meio ambiente. Parabenizo os deputados Alencar Santana, Zico Prado, Luiz Turco, Nilto Tatto e todos aqueles que apoiaram a instalação dessa frente parlamentar que atuou bravamente nesta ação, não só junto à Cetesb, mas junto ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ibama e demais órgãos.

Então, parabéns à cidade de Peruibe, a todos aqueles que defendem a natureza. Acho que o nosso País ganha com isso, Peruibe ganha com isso e São Paulo ganha com isso.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. BARRÓS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do Governo, tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARRÓS MUNHOZ - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários, senhores e senhoras que nos honram com presenças, telespectadores da TV Assembleia, eu vou ser muito breve, vou abrir mão de pelo menos sete dos meus dez minutos para falar menos de três. É profundamente lamentável o veto do PT transformar a Assembleia num palco político, num caminho de campanha. Essa questão das desonerações, em primeiro lugar, são infinitamente menores do que as que foram feitas no governo Lula e no governo Dilma, que foi o campeão mundial de todos os escândalos acontecidos da história do mundo. Do mundo!

Não há então absolutamente nenhum problema. Há uma dúvida num parecer que não foi aprovado pelo Tribunal de Contas: essa dúvida não foi ratificada, e as contas foram aprovadas. Não tem nada disso. Tomara Deus que se apure tudo que precisa ser apurado no Brasil. Não há nenhuma preocupação do governador Geraldo Alckmin com relação a isso. Agora, ficar ofendendo o Ministério Público, ficar ofendendo todo mundo não é caminho. Há cinco meses eu cantei a bola: a campanha do PT em São Paulo vai ser feita, o governador Geraldo Alckmin desonerou para os ricos e castigou os pequenos. Vai ser isso.

Só que ele foi eleito governador de São Paulo quatro vezes pelo voto sagrado do povo; só que ele ganhou duas vezes a eleição do governador do PT no primeiro turno. O povo não é bobo: mesmo povo que tirou Haddad da prefeitura, que tirou Marta da prefeitura. Agora esse pessoal vem falar até em educação, deputado Raul Marcelo? Deputado Giannazi, até em educação o PT quer falar. Vossa Excelência saiu do partido porque o PT diminuiu 30% de gastos com a Educação para 25 por cento. Por que Heloisa Helena, Luciana Genro e Babá saíram do PT? Parece que foram até expulsos. É porque não votaram a favor da reforma da Previdência.

Qual é a coerência? Lula, de tacaõ na mão, chamou o pessoal: “Aqui, abaixa, ajoelha, e vota na Previdência. Eu mando e vocês têm que obedecer. Quem não obedecer, fora do partido. PT é meu, faço o que eu bem entendo.”

Pessoal, vamos parar de falar disso. É por isso que vou falar tão pouco. Vamos falar do que interessa, dos projetos que estão em andamento na Casa. Deixa a política para 2018. É muito feio o que está acontecendo aqui agora. E talvez mais feio ainda seja, com esse tipo de obstrução meramente de política eleitoral, nós termos que adiantar até o ano que vem os nossos trabalhos. Mas não tem problema. Nós estamos aqui para o que der e vier, e vamos enfrentar o que tiver que ser enfrentado.

Encerrei para que possa ser votado o projeto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação a Emenda nº 1, com pareceres favoráveis. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Convocação: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, inciso III, alínea “d” combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, um minuto após o término dessa, com a finalidade de apreciar a redação final do PLC 54/2015.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu escutei aqui o deputado Campos Machado, e ele, novamente - já havia proferido discurso semelhante em outras ocasiões -, disse que acredita no governador, que é uma pessoa de reputação ilibada, honesta, por quem ele nutre total respeito, reconhecimento, amizade.

Eu fico feliz, porque ele mantém sua posição. Isso também é bonito. Podemos ter divergências sobre ela. Porém, deputado Campos Machado, se V. Exa. confia tanto, mas tanto, que toda a vez assim o defende - e eu sinto que ele acredita no seu trabalho -, quero fazer um convite.

Acho que está na hora de esta Assembleia Legislativa - até para que ninguém diga por aí que nós não cumprimos com o nosso poder de fiscalização, o apoio de mais quatro parlamentares. Com a CPI poderemos fazer uma apuração rigorosa sobre aquilo que as empresas estão dizendo sobre os contratos de São Paulo, e dizem sobre todas as obras de mobilidade do estado de São Paulo, sejam rodoviárias ou metro-ferroviárias.

Então, deputado Campos Machado, faço o convite. Assine o pedido da bancada do PT, que já tem, além das bancadas do PT, do PSOL e do Pcdob, o apoio de mais quatro parlamentares. Com a CPI poderemos fazer uma apuração rigorosa sobre aquilo que as empresas estão dizendo sobre os contratos de São Paulo, e dizem sobre todas as obras de mobilidade do estado de São Paulo, sejam rodoviárias ou metro-ferroviárias.

Faço o convite. Assine, se acredita mesmo no governador. Ou será que V. Exa. tem medo da apuração? Ou tem medo da decepção de, de fato, apurar e acabar o seu encanto pelo governador Geraldo Alckmin?

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer ao deputado Alencar Santana Braga que no meu dicionário não existe a palavra medo. Nunca existiu. Desde a época em que eu era advogado criminalista - tive muita sorte na vida - não tenho medo de nada. Não sei o que é medo.

Depois, Sr. Presidente, nesses vinte e poucos anos eu sempre acreditei que CPI é teatro. Se já existe inquérito policial apurando os fatos, para que a CPI? Apenas para servir de palco eleitoral, para servir de palanque. O só não assino CPs porque eu nunca assinei na minha vida, Sr. Presidente.

Alguns amigos meus me pedem, e eu faço, contra a vontade, apoioamento. Não aceito CPs sobre fatos que estão sendo apurados pelo Ministério Público. Isso é teatro. Desculpe, deputado Alencar Santana Braga, não posso aceitar o seu convite, e reitero, uma vez mais a minha confiança na decência, na honradez, do nosso governador Geraldo Alckmin, um homem probo, um homem republicano sim, franciscano sim, um homem de família, religioso, e que merece o meu respeito, o meu apreço, a minha amizade e a minha lealdade.

Sei que com isso alguém acredite que ele possa interferir aqui. Assuntos da Casa são assuntos da Casa. A minha ligação com o governador é em respeito a outros pleitos. Aqui na Casa, eu acho que quem deve resolver são os deputados estaduais.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, acabamos de ouvir agora há pouco o deputado Barros Munhoz da tribuna falando sobre a desoneração do governo do estado de São Paulo, e que o governo do presidente Lula e da presidenta Dilma também fez desonerações, e é verdade.

Isso é verdadeiro. Qual era a diferença? A diferença é que eram chamados os setores envolvidos na desoneração e era negociada a desoneração. Por exemplo, alguém aqui sabe como funciona uma escala de IPI do automóvel, por exemplo?

Um produto, um carro mil, por exemplo, o IPI dele é de 7 por cento. O Governo Lula desonerava 6% e reduzia em 6% no preço do produto, repassava-se para o contribuinte, para o consumidor. O governador Geraldo Alckmin faz desoneração, 13 bilhões e tanto em 2016, previsão de 15 bilhões para este ano, previsão de 15 bilhões para 2018 só que ele desonera para beneficiar o empresário. Não tem redução de preço no produto para ser colocado para a população. Isso é política de Robin Hood ao contrário: desonera para beneficiar os ricos, os empresários, o sistema financeiro. Esta a diferença, deputado Barros Munhoz.

Eu cansei de ir a Brasília quando diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC negociar redução de IPI de produtos, construção civil, de autopeças de carros, mas era repassado para o contribuinte. Em contrapartida as empresas não podiam demitir, havia garantia e manutenção de emprego.

O seu governo desonera e as empresas aumentam o lucro e ainda podem demitir.

A diferença é grande mesmo.

O SR. LUIZ FERNANDO T. FERREIRA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, respeito muitos os decanos Barros Munhoz e Campos Machado na defesa que fizeram do governador. Creio que eles tenham razão.

Por tudo o que ouvi dos delatores, parece-nos que o governador nunca colocou a mão em um centavo, ele sempre usou o cunhado dele e parece-me que o secretário de Planejamento Marcos Monteiro, segundo as denúncias.

Em relação a isso quero dizer aos deputados Barros Munhoz e Campos Machado que, pelo que consta, realmente, o governador nunca colocou a mão. Ele usa a mão de outros para pegar o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da segunda sessão extraordinária a realizar-se dentro de 10 minutos para apreciar o Projeto 33/17.

Está encerrada a sessão.

\* \* \*

- Encerra-se a sessão às 22 horas e 41 minutos.

\* \* \*

## 19 DE DEZEMBRO DE 2017 67ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

### RESUMO

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão o PLC 33/17.

2 - JOÃO PAULO RILLO

Discute o PLC 33/17.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão e coloca em votação o PLC 33/17.

4 - BETH SAHÃO

Encaminha a votação do PLC 33/17, em nome do PT.

5 - CARLOS GIANNAZI

Encaminha a votação do PLC 33/17, em nome do PSOL.

6 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Encaminha a votação do PLC 33/17, em nome do PT.

7 - TEONILIO BARBA

Para comunicação, discorre sobre a PEC nº 05/16.

8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação e declara aprovado o PLC 33/17, salvo emendas e subemenda. Coloca em votação e declara aprovada a subemenda às emendas nºs 3 e 4, ficando prejudicadas as citadas emendas. Coloca em votação, englobadamente, e declara rejeitadas as emendas nºs 1, 2, 5 e 6.

9 - CARLOS GIANNAZI

Declara voto favorável às emendas, em nome do PSOL.

10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra a manifestação. Convoca, para hoje, uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a ter início um minuto após o término da presente sessão.

11 - BARRÓS MUNHOZ

Para comunicação, tece comentários sobre os trabalhos desta sessão.

12 - JOÃO PAULO RILLO

Declara voto favorável às emendas.

13 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Declara voto favorável às emendas, em nome do PT.

14 - ED THOMAS

Declara voto favorável às emendas.

15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Encerra a sessão.

\* \* \*

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

\* \* \*

- Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 33, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.093, de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual. Com 6 emendas. Parecer nº 2240, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto e às emendas de nºs 3 e 4 na forma da subemenda apresentada, e contrário às emendas de nºs 1, 2, 5 e 6.

Em discussão. Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores públicos presentes, auditores fiscais, quero fazer um cumprimento especial a todos os professores que até agora se encontram nas galerias. (Manifestações nas galerias.)

Enfim, chegamos ao Projeto nº 33, que não é o ideal, mas é um projeto que faz redução de danos, que corrige injustiças com uma categoria, a categoria “O”, tão judiada, tão desprestigiada pelo Governo do Estado, submetida a uma condição muito precária de trabalho e a uma incerteza, a um hiato de 180 dias de uma contratação para outra. Isso prejudica professores e prejudica alunos, porque interrompe vínculos e não garante uma dignidade mínima.

Felizmente, foi graças a uma luta incessante dos professores, comandada pela Apeoesp, pela presidente Bebel e toda a diretoria aqui presente. É importante fazer justiça. (Palmas.)

Nós fizemos algumas emendas. Fiz três emendas particularmente, o nosso mandato. Uma delas acabava com a quarentena, ou seja, não teria mais que terminar um contrato e esperar um tempo para firmar outro. Fiz outra também, para reduzir danos. Vocês sabem que esse projeto garante a redução de 180 para 40 dias apenas no ano de 2018. A nossa emenda era para que se estendesse para todos os anos, mas ela não foi acatada. Uma emenda que eu protocolei - o deputado Giannazi também protocolou uma emenda semelhante - foi incorporada. Ela garante pelo menos o direito ao lamspe desses professores. Essa emenda acabou sendo incorporada e foi uma vitória a mais para o projeto. (Palmas.)

Eu estava inscrito, mas não dei tempo para falar antes. Eu faria um apelo ao deputado Barros Munhoz, e não foi preciso. Eu ia fazer um apelo, mas tinha certeza de que o deputado Barros, embora tenha feito aquela insinuação, que acredito fazer parte do embate político, de que criaria alguma dificuldade para votar, não faria isso. O deputado, pela história que tem, não ia expor os professores a uma barganha, a uma troca no Parlamento que nada tem a ver com esse projeto, que tem um amplo acordo.

Quero me dirigir à Bebel. Quero cumprimentá-la, Bebel, pela luta, pela capacidade de articulação e de negociação. (Palmas.)

Quero fazer uma justiça. Eu, muitas vezes, discordei do secretário Nalini, embora sempre o tenha respeitado muito. Sempre fui tratado com muito respeito por ele. É importante criticarmos, expormos as pessoas quando elas têm um posicionamento errado e tentam se esconder, como fazemos com o governador, fazemos com os deputados, mas também é importante reconhecermos. Eu tenho notícias de que o Nalini foi importante nesse processo e também, Bebel, tive a informação de que ele cobrou a aprovação do projeto. Então é um secretário que teve uma dignidade e uma postura, e faz parte reconhecemos isso. Reconheço aqui a importância do Nalini nesta questão. Tem a insatisfação em relação a outras, mas ele assumiu um compromisso e cumpriu até o fim, o que é muito importante. (Palmas.)

Eu gostaria de me prolongar na tribuna para falar de outros assuntos dos quais não tive oportunidade, mas quero encerrar por aqui para adiantar. Todos nós estamos ansiosos para votar esse projeto. Vou encerrar a minha fala por aqui. Espero que os deputados que estão inscritos façam o mesmo. Eu vou deixar para amanhã para conversar sobre uma cena dantesca que aconteceu hoje por parte do presidente, não vou pautar isso agora. Amanhã eu terei oportunidade de conversar com o presidente sobre equívocos que, a meu ver, foram cometidos hoje. Vou deixar para amanhã, em respeito à luta dos professores.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir, tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel, pelo tempo regimental. Sua Excelência desiste da palavra. Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. Sua Excelência desiste da palavra. Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PT, tem a palavra a nobre deputada Beth Sáhão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Srs. Deputados, Sras. Deputadas; público das galerias que até as 23 horas e cinco minutos ainda estão aí firmes e fortes acompanhando essa nossa sessão; telespectadores da TV Assembleia; funcionários que nos ajudam tanto, sobretudo em dias como esse, quando estamos um projeto tão importante.